



Janet/Agência

Demostenes Torres (E) e Renato Casagrande ouvem acusados de conluio

CPI pode quebrar sigilo de fornecedora da Infraero

A CPI do Apagão Aéreo poderá quebrar o sigilo bancário da FS3 Comunicação, fornecedora de programa de computador comprado pela Infraero sem licitação. Para o relator da comissão, senador Demostenes Torres, houve “evidente conluio”. O TCU avalia que a empresa tenha pago quase sete vezes a mais pelo sistema. Ontem, a CPI ouviu todos os envolvidos no esquema, denunciado pela empresária Silvia Pfeiffer. **Página 5**

Especialistas exaltam em debate reciclagem de lixo

A reciclagem gera renda para catadores e recicladores, ajuda a preservar o meio ambiente e reduz a quantidade de lixo nas ruas, economizando recursos para as prefeituras. Essa foi a conclusão dos participantes da audiência promovida pela Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Maior preparo de gestores e política nacional para o setor foram algumas das sugestões apresentadas. **Página 6**



Marcê/Agência

Cícero Lucena (2º à dir.) dirige reunião sobre gerenciamento de resíduos

CCJ aprova restrição a aliança eleitoral

Projeto que vai ao exame do Plenário proíbe coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores



Célio/Agência

Marco Maciel (E) preside a reunião; projeto sobre fidelidade partidária será colocado em votação na próxima semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a proposta de emenda à Constituição que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores). A proposta permite, entretanto, as coligações para eleições majoritárias

– Presidência da República, governos estaduais, prefeituras e Senado. De autoria de Jarbas Vasconcelos, a matéria vai ao exame do Plenário. Também foi acolhida pela CCJ a redação final para análise em Plenário do projeto que fixa regras para atuação das agências reguladoras. **Página 3**

Custo alto deve atrasar chegada da rádio digital

O alto custo de transmissores e receptores deverá ser o principal entrave para a implantação da rádio digital, segundo especialistas ouvidos na Comissão de Ciência e Tecnologia. **Página 3**

Cacaueiros pedem ajuda ao governo

Apoiados por senadores, produtores de cacau endividados pediram maior atenção do governo ao setor. **Página 4**

Comissão acolhe dois nomes para direção da ANS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou a recondução de Alfredo Cardoso e a indicação de Hésio Cordeiro como diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Página 4**



Palestra do 1º secretário do Senado marca o início do curso a distância "Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul"



Agaciel (E), Mesquita Júnior, Efraim, Zambiasi, Dr. Rosinha e Denise Zoghbi, em aula inaugural

Efraim destaca papel do Brasil na integração do Mercosul

Em palestra durante a aula inaugural do curso "Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul", o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), afirmou que o Brasil deve assumir a liderança na divulgação do processo integracionista.

Na opinião de Efraim, é natural que o Senado brasileiro, que dispõe de uma infra-estrutura de ponta na área da informática e de recursos humanos, tome a dianteira quando se trata de informar e de oferecer cursos sobre o assunto.

Para a comunicação entre os

instrutores e os cem alunos inscritos no curso a distância, serão usados os mais avançados recursos de comunicação em vídeo, áudio e texto via internet. Os alunos foram selecionados entre servidores dos legislativos federal, estaduais e municipais do Brasil e dos países membros do Mercosul.

Também participaram da aula inaugural os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Senadoras participam de manifestação

As senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Fátima Cleide (PT-RO) participaram ontem da manifestação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) denominada Defender Direitos, Avançar nas Conquistas, realizada na Esplanada dos Ministérios.

Um dos objetivos do ato foi pressionar os parlamentares para que seja mantido o veto à Emenda 3, apresentada ao projeto que criou a Super-Receita. Segundo Ideli, a manifestação foi em



Fátima Cleide (E) e Ideli, em ato liderado pela CUT

defesa também de outros projetos que beneficiam os trabalhadores. Fátima Cleide ressaltou ainda que a CUT tem uma pauta com itens que visam à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por PLVs

A sessão deliberativa tem início às 14h e continua com a pauta trancada por projetos de lei de conversão, com destaque para o PLV 23/07, que disponibiliza a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito



rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006.

CPI ouve Denise, José Carlos Pereira e Gaudenzi

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo recebe, às 11h, a diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, e o ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (In-

fraero) José Carlos Pereira. Eles foram convidados a esclarecer denúncias de que Denise teria tentado favorecer empresário de Ribeirão Preto (SP). Também será ouvido o atual presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi.

Direitos Humanos debate proteção à criança

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) discute substitutivo ao projeto que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Também está em pauta a proposta

que determina comunicação de casos de maus-tratos contra menores ao conselho tutelar e a que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e humanos.

Criação da Sudesul é discutida pela CDR

Entre os 11 projetos que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, a partir das 11h, está o PLS 261/07, que recria a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul). O primeiro item da pauta

é o projeto de Tasso Jereissati que estabelece diretrizes para a aplicação de recursos públicos, administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional (PLS 455/03).

Orçamento da Marinha

A Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h, realiza audiência pública para debater a questão orçamentária da Marinha do Brasil. A reunião contará com a presença do almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto.

Mudanças climáticas

A comissão mista especial destinada a acompanhar e fiscalizar as ações referentes a mudanças climáticas realiza reunião administrativa, às 10h, para analisar requerimentos e atualizar a agenda de audiências nas diferentes regiões do país.



Valter Pereira: combate a doença se baseia na prevenção

Três Lagoas está vencendo a dengue, diz Valter

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) informou ontem ao Plenário que a cidade de Três Lagoas (MS), administrada por Mônica Tebet, está vencendo o mosquito da dengue, depois de ter registrado mais 3 mil casos de pessoas doentes no verão passado.

O sucesso é baseado na prevenção, onde são utilizadas três formas de combate, duas delas inovadoras – um larvívoro biológico desenvolvido por especialistas da Embrapa e uma armadilha para o mosquito, apresentado por professores da Universidade Federal de Minas Gerais. Além deles, a prefeitura tem combatido o mosquito com os tradicionais inseticidas aplicados sob forma de pulverização ("fumacê").

Valter Pereira informou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pediu à sua equipe que acompanhe de perto a experiência de sucesso de Três Lagoas e está aberto a inovações no combate ao mosquito transmissor.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Efraim Morais, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo e Flávio Arns

Alto custo dos equipamentos pode atrasar rádio digital

O alto custo de transmissores e receptores e os seus reflexos sobre as pequenas emissoras e os ouvintes de menor poder aquisitivo foram os principais temas da segunda audiência pública sobre a implantação da rádio digital no Brasil, realizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

José Carlos Torves, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, considerou “precipitada e arriscada” a intenção do governo de anunciar em breve o padrão do sistema brasileiro de rádio digital. A digitalização pode custar entre US\$ 80 mil e US\$ 120 mil – o que a tornaria inviável para pequenas emissoras comunitárias – e o preço dos receptores pode chegar a R\$ 300.

O superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian, disse que até o final do ano serão apresentados ao governo os resultados de testes feitos com diversos padrões de rádio digital. Ele admitiu que os preços dos receptores inicialmente serão altos, mas observou que os telefones celulares também eram caros quando foram lançados. O

presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul (Ceitec), Sérgio Souza Dias, informou que, definido o padrão nacional, o centro tem condições de desenvolver projetos de alguns dos circuitos integrados a serem usados em rádio digital.

– O mercado mundial de microeletrônica movimenta hoje cerca de US\$ 350 bilhões por ano. Atualmente, a indústria nacional é somente montadora de equipamentos importados. Queremos inverter esse processo para que a indústria brasileira seja produtora de propriedade intelectual.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Romeu Tuma (DEM-SP) defenderam a democratização do mercado nacional de rádio. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a atuação do Ceitec na produção de tecnologia nacional, mas revelou preocupação com o impacto do custo da rádio digital sobre pequenas emissoras. Cícero Lucena (PSDB-PB) avaliou que somente uma pequena parcela da população poderia comprar receptores por R\$ 300. Augusto Botelho (PT-RR) advertiu que o alto preço dos receptores pode inviabilizar a adoção da rádio digital no Brasil.



José Carlos Torves (E), ao lado do senador Wellington Salgado, que preside a comissão

Venda da TVA à Telefônica será debatida em audiência pública

A operação de venda da empresa de televisão a cabo TVA para o grupo espanhol Telefônica será discutida em audiência pública da CCT, conforme requerimento de Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovado pela comissão.

Na terça-feira, em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou denúncias de que teria havido irregularidades na operação de venda da TVA pelo grupo Abril, dono da revista *Veja*, que vem publicando diversas denúncias contra o senador. A operação seria contrária à legislação brasileira em vigor.

– A necessidade de apuração

do caso tornou-se um consenso depois da denúncia apresentada por Renan – disse Crivella.

Deverão ser ouvidos Ronaldo Sardenberg e Plínio de Aguiar Júnior, presidente e conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e os presidentes dos conselhos diretores da TVA e da Telesp.

O presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou a realização, de 17 a 19 de setembro, da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações sobre o tema: “Uma Nova Política para a Convergência Tecnológica e o Futuro das Comunicações”.

Proposta de emenda à Constituição que permite alianças apenas para eleições majoritárias será submetida agora a dois turnos de votação em Plenário



Em reunião presidida por Marco Maciel (E), senadores decidiram votar na semana que vem proposta que prevê a fidelidade partidária

CCJ aprova fim de coligação em eleições proporcionais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe coligações partidárias nas eleições proporcionais – para deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores. Votaram contra a proposta Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

De acordo com a PEC 29/07, que passará por dois turnos de votação no Plenário, serão permitidas coligações apenas para eleições majoritárias (presidente da República, governadores, prefeitos e senadores).

A emenda, relatada por Tasso Jereissati (PSDB-CE), reduzirá a atuação dos chamados partidos de

aluguel, segundo seu autor, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

– A proibição de coligações nas eleições proporcionais tornará mais claro o quadro partidário e mais transparente a representação política – afirmou.

Para ele, a medida colocará fim à formação de alianças eleitorais de mera conveniência, que se fazem para perpetuar partidos com propostas “vagas e inconstantes, dissimuladas para atender a interesses inconfessos”.

No Brasil, o eleitor dá seu voto ao candidato, mas na verdade sufraga o partido, argumentou Vasconcelos. O senador lembrou recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao estabe-

lecer que o mandato pertence ao partido, e não ao eleito.

Conforme Jereissati, a medida vai fortalecer a identidade dos partidos políticos. Ele disse que as coligações eleitorais fazem sentido em pleitos majoritários, nos quais a constituição de alianças tem relação direta com o apoio aos programas políticos e à governabilidade, o que não ocorre nas eleições proporcionais.

Na próxima semana, a CCJ colocará em votação a PEC 23/07, de Marco Maciel (DEM-PE), que institui a fidelidade partidária. Por sugestão de Inácio Arruda, a comissão promoverá debate sobre reforma política com os presidentes do PMDB, PCdoB e PSDB.

Aprovado texto final de regras para agências

A CCJ aprovou a redação final, para exame em segundo turno no Plenário, da proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03) que fixa regras para a atuação das agências reguladoras. Após a votação, a matéria será enviada à Câmara.

A PEC determina que as agências reguladoras obedecerão a princípios como os de proteção do interesse público, defesa da concorrência e do direito do consumidor, universalização, continuidade e qualidade dos serviços. Ainda prevê que uma lei regulamentará a matéria, inclusive quanto ao controle externo e à supervisão das agências pelo Poder Executivo.

Na justificativa da emenda, Jereissati alega que a ausência de um marco legal nas atividades das agências reguladoras prejudica o país. Segundo ele, os princípios contidos na proposta favorecem a atração e a manutenção do capital produtivo, pois dão segurança aos investidores para aplicar recursos em infra-estrutura e serviços públicos.

A CCJ acolheu também autorização para que o governo brasileiro aceite doação de imóvel do governo da Bolívia como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país. A proposição ainda será votada pelo Plenário.

Maciel quer acelerar decisões sobre ordem constitucional

Marco Maciel (DEM-PE), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sugeriu ontem que a CCJ acelere a votação de matérias que interferem na organização constitucional do país. Entre os temas, estão a regulamentação de dispositivos constitucionais que exigem legislação complementar e as comunicações do Supremo Tribunal Federal (STF) de decisões tomadas sobre ações diretas de inconstitucionalidade – o STF informa o Senado sobre a decisão, ao qual cabe a retirada da lei do ordenamento jurídico.

O senador disse que estão na CCJ cerca de 90 ofícios do STF sobre normas avaliadas como inconstitucionais, sobretudo leis estaduais e municipais. Quanto aos dispositivos constitucionais, pesquisa de 1989 indicava que havia 269 aguardando regulamentação.

Ideli Salvatti (PT-SC), que coordena o Grupo de Trabalho para a Reforma Processual Penal, entregou à CCJ sugestões do STF para combater a impunidade e a lentidão nos processos judiciais. As propostas resultaram de consulta do STF a todas as instâncias do Judiciário e, segundo Ideli, foi firmado compromisso com a ministra Ellen Gracie no sentido de que todas seriam aceitas na forma de emendas aos projetos que já estão tramitando no Congresso.

Projeto aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação estabelece que, até 2011, alunos de pré-escola deverão ter dois professores, ou turmas com até 18 crianças

Turmas com crianças de 5 e 6 anos deverão ter no máximo 30 alunos

Turmas com crianças de 5 e 6 anos terão, no máximo, 30 alunos, e deverão contar com dois professores regentes – ou um professor, se forem formadas por até 18 alunos. É o que determina substitutivo do ex-senador Wilson Matos a projeto de Flávio Arns (PT-PR) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A proposição (PLS 277/07), aprovada em decisão terminativa, estabelece que a implantação da medida na rede de ensino será gradual, chegando a 100% em 2011.

A CE acolheu ainda requerimentos de Renato Casagrande (PSB-ES) e de Ideli Salvatti (PT-SC) solicitando audiência com o ministro do Esporte, Orlando Silva, para fazer um balanço sobre os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. O presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), pediu que seja



Cristovam preside reunião da CE, que decidiu realizar audiência com um balanço do Pan

convidado também o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman.

Proficiência

Outro requerimento aprovado, de Papaléo Paes (PSDB-AP), solicita audiência pública para debater a exigência de aprovação em exame de proficiência como requisito para o exercício das profissões de

medicina e odontologia.

Foi acolhido, ainda, requerimento de Cristovam pedindo audiência para discutir as causas da violência nas escolas brasileiras. O senador também comunicou que foram incluídos no *site* do Senado, no *link* referente à CE, 4.919 pareceres votados pelo colegiado desde 2002.

Comissão aprova dois diretores para a ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, por unanimidade, a mensagem presidencial indicando o médico Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que ocupa desde 2004. A indicação deve, ainda, ser votada no Plenário.

Alfredo Cardoso afirmou que suas maiores preocupações serão aperfeiçoar a qualidade assistencial dos planos, reforçando a fiscalização e objetivando maior integração com o Sistema Único de Saúde (SUS).

A CAS acolheu também, por unanimidade, a indicação do médico e pesquisador Hésio de Albuquerque Cordeiro para o cargo de diretor da ANS.

A presidente da CAS, Patrícia



Entre Alfredo Cardoso (E) e Hésio Cordeiro, Patrícia Saboya preside reunião da CAS

Saboya (PSB-CE), propôs a realização de um seminário para examinar as relações entre operadoras e mutuários de planos de saúde, com a participação de ampla gama de organizações envolvidas.

Foi aprovado também pela comissão um requerimento de

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) para a realização de audiência conjunta da Subcomissão das Pessoas com Deficiência e a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) destinada a debater o turismo para pessoas com deficiência.

Novos retratos na galeria de ex-presidentes da CRE

Os retratos de três senadores e um ex-senador na galeria de ex-presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foram fixados em cerimônia realizada ontem.

Os homenageados Jefferson Péres (PDT-AM), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo

Suplicy (PT-SP) estiveram presentes ao evento, mas o ex-senador Roberto Saturnino não pôde comparecer. Presidiu a sessão especial o atual presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), acompanhado do vice, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Acompanharam a sessão os

senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Augusto Botelho (PT-RR) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), além de Maria Edileusa Reis, representante do Itamaraty, e dos embaixadores da Alemanha, México, Indonésia, Sérvia, Marrocos, Canadá, Angola e Moçambique.

Senadores cobram ajuda para produtores de cacau na Bahia

Em audiência pública sobre a crise da lavoura cacauzeira da Bahia, realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), vários senadores pediram maior atenção do governo federal com o setor, além de solicitar melhores condições para o pagamento das dívidas dos agricultores. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os produtores de cacau baianos têm um passivo estimado em mais de R\$ 700 milhões.

O senador César Borges (DEM-BA), que propôs a audiência, defendeu a renegociação das dívidas, destacando que ele próprio é um cacauicultor e provém de uma família de produtores de cacau. Também se manifestaram

favoravelmente à renegociação o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, João Martins da Silva Júnior, e os senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT) e Kátia Abreu (DEM-TO).

O diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Gustavo Costa de Moura, afirmou que há estudos no Ministério da Agricultura prevendo recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a lavoura cacauzeira. “Mas isso ainda não está formalizado”, ressaltou.

César Borges criticou a ausência do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, na audiência, já que ele havia sido convidado para fazer palestra.



Neuto de Conto (2º à dir.) dirige audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Cidadãos poderão sugerir emendas ao Orçamento federal pela internet

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai receber via internet, de cidadãos de todo o país, sugestões de emendas ao projeto de Orçamento para 2008. O presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB), e o relator-geral do projeto orçamentário para o ano que vem, deputado José Pimentel (PT-CE), decidiram criar no *site* da Câmara dos Deputados, na página da comissão, um local exclusivo para as sugestões de emendas.

As propostas serão imediatamente repassadas às comissões

permanentes do Senado e da Câmara e aos parlamentares coordenadores de bancadas estaduais, para que examinem sua oportunidade e conveniência. As emendas aceitas serão incorporadas ao projeto de orçamento pelas comissões ou pelas bancadas estaduais.

O local para que os internautas possam escrever as sugestões deverá estar disponível já em setembro, segundo Pimentel. A decisão faz parte da política da CMO de tentar se aproximar dos cidadãos.



Azeredo inaugura novas fotos na galeria da Comissão de Relações Exteriores

Leopoldina



Renan Calheiros conversa com Thomaz Boni no gabinete da Presidência do Senado

Senador reafirma que é alvo de infâmias e acusações sem provas

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ao ser questionado por repórteres em sua chegada à Casa a respeito do usineiro João Lyra – que o denunciou por supostamente ser sócio oculto de empresas de rádio –, reafirmou ser alvo de “acusações sem provas e infâmias”, acrescentando que o usineiro “não merece uma palavra”. Disse ainda que João Lyra é ressentido por ter sido derrotado no estado nas últimas eleições e lhe atribui a culpa por isso.

O senador disse estar disposto a depor no Conselho de Ética ou em “qualquer lugar que quiserem”. Voltou a afirmar que o importante é que a verdade surja e explicou a razão de não ter se afastado da Presidência da Casa

– A licença que foi proposta

fragiliza e prejudica – frisou o senador, esclarecendo que está procurando mostrar a existência de provas para rebater “cada maledicência, cada infâmia”.

CPI das ONGs

Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento que criou a CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs), declarou, após reunião de líderes no gabinete da Presidência do Senado, que a instalação ocorrerá na quarta-feira, às 10h, e negou que esta seja uma estratégia para desviar o foco da crise envolvendo Renan.

Como integrante da bancada do Democratas, que promove obstrução da pauta, Heráclito afirmou acreditar ser possível um entendimento entre os partidos para permitir que algumas matérias sejam votadas.

João Pedro será o relator da segunda representação

O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou ontem que o relator da segunda representação, por quebra de decoro, contra Renan Calheiros será João Pedro (PT-AM).

Suplente do Conselho de Ética, João Pedro terá que ser designado titular pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC). De acordo com Quintanilha, o novo relator irá estabelecer o cronograma dos trabalhos.

A segunda representação, protocolada pelo PSOL, tem por objetivo apurar denúncia de que Renan teria atuado para livrar a cervejaria Schincariol de dívidas junto a órgãos do governo após a empresa ter adquirido uma fábrica de seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), por preço acima do de mercado.



João Pedro deverá ser designado membro titular do Conselho de Ética

Será hoje, às 16h, no escritório de João Lyra, em Maceió, o depoimento do ex-senador e usineiro perante o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), para esclarecer as denúncias da revista *Veja* de que teria comprado, em parceria com Renan, por meio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

Renan recebe Thomaz Boni, presidente do Benin

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente do Benin, Thomaz Boni Yayi. É a primeira vez que um mandatário dessa nação africana vem ao Brasil.

A visita é em retribuição à ida do presidente Lula ao Benin, em 2006, e tem o objetivo de aprofundar o diálogo bilateral e projetos relacionados à prevenção e tratamento da malária, ao esporte e à cultura de algodão.

Com mais de 7 milhões de habitantes, o Benin tem como

língua oficial o francês. Principal produto da economia beninense, o algodão é um dos motores das relações do país com o Brasil.

CPMF

Renan afirmou, em entrevista, que a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) só chegará ao Senado no final de setembro ou outubro.

– Nossas agonias são outras: votar a renegociação da dívida agrícola, concluir o aperfeiçoamento

da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, votar as matérias que estão aí no dia-a-dia.

Perguntado sobre a obstrução que o DEM e o PSDB decidiram fazer em protesto contra sua permanência na Presidência da Casa, Renan afirmou que se trata de um direito “legítimo e regimental” dos partidos, observando, por outro lado, que “afeta o Senado, uma instituição democrática”. Renan prometeu tentar “contornar a situação” para permitir as votações em Plenário.

Demostenes: venda de software à Infraero foi superfaturada

Após ouvir depoimentos sobre venda de espaço publicitário em aeroportos e de programa para gerenciamento desse tipo de mídia, relator de CPI aponta indícios de crime na estatal

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que o software para gerenciamento e administração de publicidade (mídia aeroportuária) comprado sem licitação pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) da empresa FS3 “não é ruim, mas a operação foi feita de forma criminosa, com superfaturamento”. O senador disse que, por essa razão, além de quebrar sigilos bancários, a CPI pretende rastrear o destino do dinheiro pago pela Infraero à FS3.

– A Infraero pagou R\$ 26,8 milhões pela implantação do sistema Advantage V2, que, na avaliação do Tribunal de Contas da União, não valeria mais do que R\$ 3 milhões. Houve evidente conluio – assinalou.

Demostenes afirmou ainda que a FS3 foi constituída apenas para vender o programa à Infraero e, segundo denúncias da empresária Silvia Pfeiffer, seus verdadeiros donos são o ex-presidente da Infraero Carlos



Demostenes (E) e Casagrande ouvem depoimento do empresário Ettore Casoria

Wilson e Fernando Brendália, funcionário da estatal.

O relator disse ainda que, quando houve mudança de diretoria na Infraero, em dezembro de 2005, o sistema Advantage V2 foi desativado e “voltaram a ser privilegiadas” as empresas ligadas à Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária (ABMA). Outra incongruência do contrato, ressaltou o senador, foi o pagamento de um bônus de R\$ 6,8 milhões caso a arrecadação de publicidade fosse aumentada, sendo

que esse era o objetivo principal da implantação do software.

Um dos sócios da empresa FS3, Ettore Ferdinando Casoria, prestou depoimento ontem à CPI e negou as denúncias. De acordo com ele, o programa vendido à Infraero “otimiza o uso de espaço publicitário nos aeroportos e, inclusive, inibe a evasão de receitas”.

Demostenes destacou que, “em todas as denúncias contra a Infraero, os acusados de irregularidades são os mesmos”.

Deponentes negam irregularidades em licitações

Também ontem, a CPI do Apagão Aéreo ouviu o empregado da empresa Sá Publicidade Adilson José da Silva; o presidente da Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária, José de Oliveira Sobrinho; o empresário Aristeu Chaves Filho; e o empresário Michael Farah, outro sócio da FS3 Comunicação.

Adilson Silva negou afirmações suas, gravadas pela empre-

sária Silvia Pfeiffer e entregues à CPI, em que antecipa o resultado de uma licitação na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. “A voz é minha, mas não existe nada disso”, afirmou.

Oliveira Sobrinho negou a falta de repasse dos 50% do valor dos anúncios à Infraero pelas empresas associadas à ABMA.

Já Aristeu Chaves Filho negou informação apurada pela Contro-

ladoria Geral da União (CGU) de que teria intermediado contato entre Michael Farah e o diretor comercial da Infraero. Ele disse ainda não ter conhecimento de quaisquer ações do ex-presidente da Infraero deputado Carlos Wilson visando beneficiar produtores de frutas do Vale do São Francisco com a construção de câmaras frigoríficas no aeroporto de Petrolina (PE).

Márcia Vaz



Cícero Lucena (2º à dir.) preside debate sobre aproveitamento de resíduos sólidos

Debatedores cobram atenção aos benefícios da reciclagem

A reciclagem gera renda para catadores e recicladores, ajuda na preservação do meio ambiente e acaba por economizar recursos públicos, ao diminuir a quantidade de lixo com o qual as prefeituras têm que lidar, concluíram ontem os participantes de debate promovido pela Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

É preciso, no entanto, dar continuidade aos projetos e maior preparo técnico aos gestores municipais, recomendou o técnico de Assuntos Ambientais da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Rodrigo Dias.

O diretor-executivo da ONG Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), André Teixeira de Vilhena, forneceu um

panorama detalhado da reciclagem realizada no país e cobrou do governo uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, que serviria como marco regulatório para o setor. Já a presidente da Cooperativa Granja Julieta (SP), Márcia Abadia Martins, afirmou-se orgulhosa de ser catadora e informou que o ofício rende de R\$ 400 a R\$ 1.800 mensais.

Exploração do Aquífero Guarani preocupa Flávio Arns

Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina devem buscar um marco legal de exploração compartilhada do Aquífero Guarani, segundo o senador Flávio Arns (PT-PR). Ele explica que o aquífero, um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce do mundo, localiza-se na região compreendida entre os quatro países.

Moreira Vaz



Aquífero é importante reservatório subterrâneo de água doce, ressalta Arns

Paim registra encontros com líderes sindicais

Paulo Paim (PT-RS) relatou ontem, em Plenário, o resultado de três encontros com líderes sindicais e sociais. Ele registrou reunião com dirigentes da confederação de aposentados e pensionistas; com lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT); além de encontro com cem dirigentes da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

César Azevedo



Lideranças de aposentados e de centrais de trabalhadores foram recebidas por Paim

Arthur Virgílio teme que crise internacional atinja o Brasil

Com apoio de senadores de seu partido, o líder do PSDB recomenda ao governo redução dos gastos públicos e retomada das reformas estruturais

Temeroso da contaminação da economia brasileira pela crise internacional, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), recomendou ao governo a diminuição dos gastos e o envio ao Congresso de projetos para proceder às reformas estruturais necessárias.

– Graças a Deus, tem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem ela, o governo gastaria mais do que pode; como tem a lei, ele gasta tudo o que pode – afirmou.

O líder do PSDB elogiou as iniciativas do Banco Central de fortalecer as reservas brasileiras, que atingem hoje cerca de US\$



Gerado Vaz

Para Virgílio, só Lei de Responsabilidade Fiscal obriga governo a gastar menos

160 bilhões, mas disse que a crise atual vai exigir muita perícia.

Para Marconi Perillo (PSDB-

GO), o governo Lula desperdiçou o cenário mundial positivo dos últimos anos. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou o PT de ter rejeitado, no governo de Fernando Henrique, o Plano Real e a CPMF. Sérgio Guerra (PSDB-PE) observou que o governo Lula levou comida às mesas dos mais pobres, mas isso não o credencia a dizer que é um governo dos pobres. Flávio Arns (PT-PR), por sua vez, afirmou que o governo Lula enfrentou “com trabalho e com demodo” o crescimento exponencial da dívida pública promovido pelo governo Fernando Henrique.

Almeida Lima lembra que advertiu há um ano para crise na aviação

Ao discursar no Plenário, Almeida Lima (PMDB-SE) lembrou que, em artigo lido da tribuna no dia 20 de julho de 2006, 75 dias antes do choque entre o Boeing da Gol e o jato Legacy, ele já alertava para a crise no setor aéreo do país, apontando falhas na manutenção preventiva e na capacidade operacional das companhias aéreas. O senador lamentou que seu alerta não tenha sido levado em consideração e disse esperar que os fatos

danosos que se seguiram sirvam para mobilizar as autoridades.

– As empresas de aviação precisam ser fiscalizadas e punidas para que cumpram ordens de serviço no atendimento do interesse público – ressaltou.

No artigo lido no ano passado, Almeida Lima informava que os passageiros vinham sofrendo com a insegurança e a total falta de respeito por parte das companhias aéreas. Ele afirmava que as em-



Moreira Vaz

Almeida Lima cobra fiscalização mais rigorosa sobre as companhias aéreas

presas estavam sem capacidade operacional nos aeroportos e em suas aeronaves, pondo em risco a vida de milhões de usuários.

Heráclito aponta golpe em campanha do Banco do Brasil

Heráclito Fortes (DEM-PI) anunciou que pretende solicitar ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) a suspensão da campanha publicitária do Banco do Brasil, que tem como mote o lema “Decida pelo 3”. O senador entende que a peça, que teria

custado R\$ 10 milhões, contém mensagem subliminar de apoio a um terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em resposta, os senadores governistas afirmaram que a campanha procura convocar a população a praticar três ações diárias pela conservação do

meio ambiente.

– A campanha tem um objetivo duplo – observa Heráclito. Na opinião do senador, já começa a ser especulada no país a tentativa de um golpe para induzir a população a pensar em um terceiro mandato para Lula.



Moreira Vaz

Senado precisa recuperar credibilidade junto à opinião pública, avalia Cristovam

Cristovam volta a pedir que Renan se licencie do cargo

O afastamento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) da Presidência do Senado foi defendido ontem pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Na opinião do parlamentar pelo DF, a medida é necessária para que a Casa comece a recuperar a credibilidade que perdeu diante da opinião pública brasileira.

Cristovam defendeu ainda outros pontos para a recuperação da credibilidade do Senado, todos eles dependentes, porém, do primeiro, que é o licenciamento de Renan. Diversos senadores, governistas e de oposição, também manifestaram preocupação com a crise vivida pelo Senado.

Entre os pontos defendidos por Cristovam está o fim da obstrução das votações; uma agenda para discutir problemas estruturais do país; mudança no comportamento dos parlamentares, com maior solidariedade aos problemas dos cidadãos; e a modernização dos trabalhos do Senado.



Gerado Vaz

Heráclito: campanha “Decida pelo 3” induz a um terceiro mandato de Lula



Camata lembra protesto de agricultores familiares contra desapropriação de áreas

Camata alerta para perigo de conflito racial no país

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) voltou a alertar para o risco de uma guerra racial no Brasil. Ele disse que, sábado último, pequenos produtores rurais de São Mateus, no norte do Espírito Santo, bloquearam por duas horas a BR-101 para protestar contra o programa Brasil Quilombola, que visa desapropriar áreas para a criação de comunidades de descendentes de escravos.

– Em São Mateus, agricultores familiares, que dependem do cultivo de pequenas extensões de terra para seu sustento, foram notificados no ano passado pelo Incra de que as áreas que lhes pertencem serão desapropriadas para a criação de 12 comunidades quilombolas.



Sibá: medida visa implementar direitos de descendentes de ex-escravos

Sibá destaca ação do programa Brasil Quilombola

Sibá Machado (PT-AC) explicou ontem o que é o programa Brasil Quilombola, conforme o decreto assinado em 2004 pelo presidente Lula, regulamentando o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece o direito de propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Para o senador, o programa atende a objetivos estratégicos que visam ao desenvolvimento sustentável, com garantia de que os direitos dos quilombolas sejam implementados.

Desde seu início, o governo Lula busca readequar os princípios da política que orienta a sua ação para esse segmento étnico – assinalou.

Senador diz que carga tributária do país se justificaria se população recebesse, em contrapartida, bons serviços de saúde, ensino de qualidade e transporte adequado

César Borges critica iniciativa do governo de prorrogar a CPMF

Ao criticar a determinação do governo de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador César Borges (DEM-BA) disse ontem, da tribuna, que é preciso ficar claro para a sociedade quais os partidos favoráveis ao aumento de impostos.

O senador observou que, se a população recebesse, em contrapartida ao pagamento de tributos, bom atendimento em saúde, educação de qualidade e transporte público adequado, ainda haveria justificativa para a carga tributária suportada pelos brasileiros. No entanto, ressaltou, quem deseja uma boa educação para os filhos tem de pagar uma escola privada.

César Borges lembrou que, em 2003, quando o governo propôs a prorrogação da CPMF e da



César Borges: quem deseja boa educação para o filho paga uma escola particular

Desvinculação de Receitas da União (DRU), o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acenava com a possibilidade de o Executivo fazer “justiça tributária”, com o argumento de que as medidas seriam temporárias e que haveria “a grande solução para os problemas brasileiros”.

O parlamentar criticou também outras medidas tomadas naquele período, como o aumento das alíquotas para as prestadoras de serviço em 167% e do PIS/Cofins de 3% para 4%; e a manutenção da alíquota máxima do Imposto de Renda em 27,5%.

César Borges leu trecho de um discurso em que Aloizio Mercadante (PT-SP) criticava a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e a adoção da CPMF entre 1995 e 2001, denominando-a de “verdadeira derrama do governo FHC”. Disse ainda que Mercadante foi à tribuna na terça-feira para defender a prorrogação da contribuição.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou que pretende apresentar proposta para redução gradual da carga tributária.



Lúcia Vânia espera decisão sobre projeto ainda este mês

Lúcia Vânia pede regulamentação da emenda da Saúde

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a votação, ainda este mês, do projeto de regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabelece os valores mínimos a serem aplicados anualmente por estados, Distrito Federal, municípios e União em ações e serviços públicos de saúde.

A senadora destacou que, no ato realizado ontem em frente ao Congresso Nacional, parlamentares, agentes de saúde e representantes do Conselho Federal de Medicina, entre outros, pediram pressa na regulamentação. A emenda também fixa os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com o setor.

Alvaro espera que PSDB se posicione contra medida



Alvaro Dias

Ao manifestar em Plenário sua posição contrária à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse esperar que essa seja a posição de seu partido, ainda a ser tomada em reunião da bancada. Alguns parlamentares do PSDB defendem a prorrogação do tributo e seu compartilhamento com estados e municípios. Para o senador, a contribuição, proposta pelo então ministro da Saúde, Adib Jatene, diante da situação emergencial em que se encontrava à época a saúde pública no país, já deixou de ser provisória, porque se prolongou no tempo. Ele disse que o tributo também deixou de ser uma verba da saúde para se transformar em “verba do governo”, tendo sido desviada da finalidade para a qual foi instituída.

Alvaro classificou o Executivo de “imediatista e oportunista” por utilizar um imposto destinado a financiar a saúde pública para, entre outras finalidades, compor o superávit primário, pagar a dívida pública ou as despesas correntes do governo.

– Alguns afirmarão: como retirar dos cofres públicos esse valor? Como fará o governo para compensar a ausência desses recursos? A compensação virá pelo incremento da receita pública. No ano passado, o crescimento foi de 1,9% do PIB. Neste ano, segundo a Receita Federal, será em torno de 1,5% do PIB – explicou Alvaro, que recebeu, em aparte, apoio de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Expedito destaca aprovação de maior repasse para FPM



Expedito Júnior

Expedito Júnior (PR-RO) comunicou ontem ao Plenário a aprovação, na Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que eleva em um ponto percentual o repasse da União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Expedito afirmou que a matéria não deve encontrar oposição entre os senadores e salientou que o aumento do repasse é uma promessa feita pessoalmente pelo presidente Lula aos prefeitos durante a 10ª Marcha a Brasília.

Expedito Júnior também destacou que na próxima terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública com a finalidade de debater o refinanciamento da dívida do estado de Rondônia com o governo federal.

O senador disse que o Banco do Estado de Rondônia (Beron) tinha um passivo a descoberto de R\$ 40 milhões quando da intervenção, e três anos depois, sem concluir a liquidação, o Banco Central teria devolvido a instituição ao estado com um rombo de mais de R\$ 600 milhões.

Expedito Júnior comunicou ainda a presença, em Plenário, de representantes de trabalhadores rurais que se deslocaram de Rondônia a Brasília para reivindicar o pagamento de indenização aos familiares dos camponeses mortos, feridos e desaparecidos no massacre ocorrido em 14 de julho de 1995, durante ação de reintegração de posse da fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara.



Osmar sugere ao DEM e PSDB votação seletiva de propostas

Osmar Dias cobra decisão sobre dívida de agricultores

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a votação do projeto de conversão da medida provisória que criou uma linha de crédito para os bancos financiarem agricultores endividados com fornecedores de adubos, sementes e defensivos agrícolas.

– Faço um apelo aos líderes do Democratas e do PSDB: se é para obstruir as votações, vamos combinar e fazer a obstrução juntos, mas seletivamente.

Osmar disse que não concorda com a obstrução de matérias importantes para o país. Lembrou que seu partido, o PDT, posicionou-se pelo afastamento de Renan Calheiros da Presidência do Senado, até a conclusão dos processos contra ele.

GeradoVegabá



Valadares vê possibilidade de convocação de Constituinte para votar a reforma

Valadares defende aprovação da reforma política

Ao opinar que o Congresso não pode ficar a reboque das decisões do Judiciário, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a aprovação da reforma política. Ele não descartou a possibilidade de ser convocada uma Assembléia Constituinte exclusiva para votar a reforma, se interesses partidários e particulares prevalecerem e não houver avanços na aprovação de temas como o financiamento público de campanha e a fidelidade partidária.

– A confusão é péssima para a imagem do Parlamento enquanto Poder para onde os interesses da sociedade convergem – alertou.

GeradoVegabá



Suplicy anuncia que ministro da Justiça falará à CRE sobre repatriação de atletas

Suplicy apela a Fidel em favor de boxeadores cubanos

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem aos senadores que ele e o campeão mundial de boxe Eder Jofre enviaram uma carta a Fidel Castro pedindo que ele reconsidere sua decisão e reintegre os boxeadores Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara à delegação cubana que representará o país nos jogos olímpicos de Pequim.

Suplicy anunciou ainda que o ministro da Justiça, Tarso Genro, atendendo a requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM), falará à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a repatriação dos atletas cubanos pelo governo brasileiro.

Senador defende a execução do projeto de transposição das águas do rio São Francisco e uma política nacional para prevenir a desertificação

Efraim pede união de esforços para combate à seca no Nordeste

O senador Efraim Morais (DEM-PB) afirmou ontem que as divergências políticas devem ser superadas em favor de propostas para “reverter o quadro de penúria” gerado pela seca no Nordeste. Entre essas iniciativas o parlamentar destacou o projeto de transposição de águas do rio São Francisco.

Efraim ressaltou ainda proposta do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. A matéria (PLS 70/07) encontra-se na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde recebeu voto favorável do relator, Marconi Perillo (PSDB-GO).

– A desertificação do semi-



Para Efraim, divergência políticas devem ser superadas em favor do povo nordestino

árido, ameaça que assusta a Região Nordeste, é uma tragédia ambiental que precisa ser evitada a todo custo. E não há outro meio de fazê-lo senão pela ação efetiva do Estado – afirmou.

O senador ressaltou que a de-

sertificação não é um problema meramente regional. Suas repercussões são de âmbito nacional, quer pelo agravamento dos problemas sociais, quer pela repercussão negativa internacional que um desequilíbrio ambiental desse porte representa para o país.

Em relação à transposição de águas do São Francisco, Efraim afirmou que as críticas decorrem de “desconhecimento”. O projeto, disse, foi bem aceito devido à rapidez de resultados que pode proporcionar, a um custo razoável, tendo em vista as dimensões da obra. O senador comunicou a realização, na cidade de Cajazeiras (PB), neste sábado, de um ato público para sensibilizar autoridades e sociedade civil para a importância do projeto.

Augusto aponta benefícios da construção de ciclovias nas cidades

A construção de ciclovias ou ciclofaixas nas cidades brasileiras foi defendida ontem pelo senador Augusto Botelho (PT-RR). A utilização de bicicleta como transporte urbano, assinalou, tem sido incrementada em diversos países e todos os estudos a respeito apontam para a melhoria da saúde da população, do sistema de trânsito e do meio ambiente.

– O uso da bicicleta tem o condão de reduzir congestionamentos e acidentes de trânsito – afirmou, ao destacar que, com o crescimento exacerbado da frota de veículos, o automóvel “vai deixando de ser um símbolo de

conforto e status para ser símbolo do estresse”.

No entanto, o senador observou que, sem as ciclovias, “pedalar nas ruas tem se constituído em verdadeira aventura”, com bicicletas disputando espaço com carros, ônibus e pedestres. Conforme afirmou, a maioria dos ciclistas não conhece normas de trânsito e não faz uso de equipamentos de segurança, o que reforça a necessidade de políticas visando à conscientização das pessoas.

Além das ciclovias, Augusto defendeu a adaptação das redes de transportes coletivos, como é feito na Europa, onde os ciclistas

MoreiraVaz



Uso de bicicleta melhora o trânsito e a saúde das pessoas, afirma Augusto Botelho

utilizam ônibus e metrô para complementarem os percursos entre a casa e o trabalho.

Ele informou que os recursos do Ministério das Cidades para o Programa de Mobilidade Urbana foram quase triplicados, passando de R\$ 148 milhões em 2006 para R\$ 439 milhões este ano.

Tuma aplaude Judiciário paulista por acatar denúncia

Romeu Tuma (DEM-SP) comemorou o fato de a Justiça ter aceito, na segunda-feira, denúncia do Ministério Público de São Paulo contra o empresário Ari Natalino e outras 66 pessoas que teriam desviado mais de R\$ 600 milhões. Natalino era um dos donos da Petrofort, uma das maiores distribuidoras de combustível do país. São 12 as acusações contra os citados na



Relatório da CPI do Roubo de Cargas contribuiu com investigações, diz Tuma

denúncia, entre elas falência fraudulenta, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Foi a partir do relatório final da CPI do Roubo de Cargas, presidida por Tuma, que o Mi-

MoreiraVaz

nistério Público aprofundou as investigações que culminaram na denúncia apresentada ao Judiciário paulista. Tuma destacou a importância das comissões parlamentares de inquérito e observou que não é correto falar que as CPIs “acabam em pizza”. Ele lembrou que o Legislativo cumpre sua parte investigando com seriedade e que cabe à Justiça determinar as punições.

O senador também registrou o lançamento do livro *História, Cultura e Práticas Correntes da Medicina*, uma enciclopédia médica dirigida a leigos, da Editora Nobel.

GeradoVegabá



Mozarildo registra 100 anos de instalação da Igreja Católica em seu estado

Mozarildo presta homenagem aos católicos de Roraima

Em pronunciamento da tribuna, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou ontem a comunidade católica de seu estado, no dia em que se completou um século da instalação da Igreja Católica em Roraima – então chamada Território de Rio Branco.

O senador informou ter apresentado requerimento formulando voto de aplauso à comunidade, na pessoa do bispo de Boa Vista, dom Roque Paloschi. Mozarildo registrou ainda a realização, ontem, de uma procissão da igreja matriz à catedral, além da celebração de uma missa de ação de graças.

Jayme Campos alerta para sucateamento das Forças Armadas

O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o projeto de reaparelhamento das Forças Armadas, que revela as condições operacionais do setor militar brasileiro, foi classificado como “estranhador” pelo senador Jayme Campos (DEM-MT). O levantamento, informou, constata que o sucateamento da área tecnológica deixa a defesa nacional comprometida e vulnerável.

– De um programa de investimentos para a Força Aérea, composto por 11 itens, apenas um foi concluído integralmente até o final de 2005. Sabem qual? Aquele que previa a aquisição do Airbus A 319 para a Presidência da República – criticou ele.



De acordo com Jayme Campos, falta de investimento compromete defesa nacional

GeradoVegabá